

CONSULTA PÚBLICA
REGULAMENTO GERAL DE INTERLIGAÇÃO

Início: 7/12/2015
Término: 15/1/2016

Praia, Dezembro de 2015

Conteúdo

1.	PROCEDIMENTO DA CONSULTA.....	3
2.	INTRODUÇÃO	4
3.	OBJETIVOS	5
4.	ENQUADRAMENTO	5
6.	ANEXO – Regulamento Geral de Interligação	

1. PROCEDIMENTO DA CONSULTA

Nos termos do Decreto-Legislativo nº7/2005, de 28 de Novembro com a redação dada pelo Decreto Legislativo nº2/14 de 13 de Outubro e da Deliberação nº1/2006, de 27 de Dezembro, compete à Agência Nacional das Comunicações (ANAC), a promoção de consultas públicas, nomeadamente no âmbito da introdução de novos serviços ou tecnologias, sempre que pretenda adotar medidas com impacto significativo sobre o mercado relevante.

Ora, o presente Regulamento Geral de Interligação visa, precisamente, impor obrigações de acesso e interligação a todos os operadores, independentemente de terem ou não poder de mercado significativo, como forma de assegurar a interoperabilidade através da aplicação dos princípios da oferta de rede aberta num ambiente concorrencial e em obediência aos princípios da transparência, não discriminação e de orientação aos custos.

Assim sendo, a ANAC disponibiliza, para consulta pública, por um período de 4 (quatro) semanas, o documento em anexo, referente ao projeto de Regulamento Geral de Interligação (doravante designado por RGI) constante do website da ANAC (www.anac.cv).

A ANAC solicita e agradece o envio das contribuições e comentários, sempre que possível, para o endereço consultargi@anac.cv, de forma a facilitar a análise e divulgação pública das respostas recebidas ou para o seguinte endereço:

Agência Nacional das Comunicações (ANAC)
Av. da China, 5º Piso
Chã de Areia
Caixa Postal Nº 892
Praia - CABO VERDE

A ANAC tomará em consideração todas as contribuições que receber em função do grau de razoabilidade da fundamentação recebida e, não condiciona as suas decisões futuras aos resultados desta consulta pelo que considera igualmente que os mesmos não são vinculativos.

Solicita-se aos interessados que indiquem o que considerem confidencial nas suas respostas.

Para que as contribuições ou comentários sejam admitidos, os remetentes deverão estar devidamente identificados.

Nos termos do disposto do artigo 2º da Deliberação nº1/2006 (que aprova os procedimentos da consulta pública da ANAC), o prazo para a receção das contribuições termina no dia 15 de Janeiro de 2016.

2. INTRODUÇÃO

Com vista à concretização de um mercado mais eficaz, com uma concorrência efetiva, mais escolha e serviços mais competitivos para os consumidores, torna-se necessária a existência de um Regulamento Geral de Interligação que incentive e garanta o acesso e a interligação adequados, bem como a interoperabilidade dos serviços.

Promover a interoperabilidade é um dos objetivos da autoridade reguladora, a qual pretende criar normas, na medida do estritamente necessário para assegurar a interoperabilidade dos serviços e melhorar a liberdade de escolha dos utilizadores.

A interligação é um assunto importante para os consumidores pois eles não podem comunicar entre si ou conectar-se com os serviços que procuram sem que necessários mecanismos de interligação sejam definidos. A interligação de diferentes tipos de redes pode trazer-lhes benefícios tremendos e sem ela toda uma vasta gama de serviços fornecidos, não seria possível.

Ao contrário, a existência de mecanismos inadequados de interligação não só impõe custos desnecessários e problemas técnicos aos operadores, mas também resulta em atrasos, inconveniências e custos adicionais para as empresas, aos consumidores e, em última análise, às economias nacionais.

3. OBJETIVOS

A ANAC pretende com a presente consulta, recolher subsídios e comentários sobre a proposta do Regulamento Geral de Interligação (RGI), que define as condições de promoção do acesso e da interligação adequados, bem como da interoperabilidade dos serviços, como forma de melhorar a liberdade de escolha dos utilizadores.

A necessidade de um RGI prende-se com o estabelecimento de um regime de interligação transparente, assegurando igualdade no acesso aos serviços, com a promoção da expansão, disponibilidade e uso de serviços de comunicações eletrónicas em todo o território nacional e da garantia da interoperabilidade extremo-a-extremo dos serviços para todos os utilizadores, independentemente da rede a que estejam ligados.

4. ENQUADRAMENTO

O Decreto-Legislativo n. 7/2005, de 28 de Novembro, com a redação dada pelo Decreto Legislativo nº2/14 de 13 de Outubro que estabelece o regime jurídico geral aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas e aos recursos conexos, liberalizou o mercado das comunicações eletrónicas em Cabo Verde e criou condições necessárias para a promoção da concorrência e a diversificação das ofertas de produtos e serviços, de forma a garantir aos utilizadores o máximo de benefício em termos de opção, preço e qualidade.

No seu art.º 15º constam as competências da ANAC, Autoridade Reguladora Nacional, para analisar e definir mercados relevantes, declarar as empresas com poder de mercado significativo e determinar as medidas adequadas às empresas que oferecem redes e serviços das comunicações eletrónicas.

A ANAC iniciou em 2010 o processo de análise de mercados relevantes no sector das comunicações eletrónicas, em conformidade com o estipulado no art.º 56º do Decreto Legislativo nº7/2005. Para o efeito inspirou-se largamente na metodologia europeia para definir os mercados relevantes e designar os OPMS, tendo em conta os métodos desenvolvidos no quadro europeu nesta matéria e a fortíssima semelhança com o quadro legal cabo-verdiano.

Embora não constitua uma obrigação exclusiva da CVTelecom, enquanto gestor da rede de comunicações eletrónicas do Estado, a obrigação de interligação abrange-o muito especialmente, já que tal rede é naturalmente a rede mais desenvolvida, que suporta a maior quantidade de tráfego, tendo aquela operadora apresentado já uma oferta de referência de interligação (ORI).

QUESTÕES

Q1 – Em sua opinião, qual a pertinência da proposta de Regulamento Geral de Interligação?

Q2- Concorda com a não obrigatoriedade de imposição aos operadores de serviço móvel, da obrigação da apresentação de Ofertas de Referencia de Interligação?

Q3- Concorda com a sistematização apresentada do Regulamento Geral da Interligação?

Q4- Existem outros aspetos não constantes no Regulamento Geral da Interligação, que deveriam ter sido equacionados? Em caso afirmativo, indique-os.